

COMENTÁRIOS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE MAX WEBER AO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

André Luiz Simões Pedreira¹

José Clérison Santos Alves²

RESUMO

Este ensaio pretendeu realizar um comentário sobre a importância das contribuições de Max Weber ao processo de investigação científica. Não se trata de uma proposta de especulação rigorosa acerca do pensamento de Max Weber, mas de recolher livremente o que ele traz como relevante e indispensável para a construção de um objeto de pesquisa a partir de um recorte da realidade social. Suas contribuições não se limitaram apenas à Sociologia, mas se ampliaram para as demais áreas do conhecimento. A metodologia utilizada foi a revisão de bibliografia a partir dos próprios escritos de Max Weber e de autores abalizados no assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Neutralidade Axiológica; Pesquisador; Ciência.

ABSTRACT

This essay aimed to comment on the importance of Max Weber's contributions to the scientific research process. This is not a proposal of rigorous speculation about Max Weber's thinking, but of collecting freely what he brings as relevant and indispensable for the construction of a research object from a clipping of social reality. His contributions were not limited to Sociology, but expanded to other areas of knowledge. The methodology used was the revision of bibliography from the very writings of Max Weber and authors based on the subject.

KEY-WORDS: Axiological Neutrality; Researcher; Science.

Introdução

Em linhas gerais, como a tradição histórica atesta, a obra de Max Weber, em sua natureza complexa e profunda, tornou-se um grande monumento para a compreensão dos inúmeros fenômenos históricos e sociais e da reflexão sobre o método das ciências histórico-sociais. Segundo Giovane Reale e Dario Antiseri, os trabalhos de Weber podem ser classificados em 04 grupos, a saber: 1. Sobre as sociedades mercantis da Idade Média; 2. Estudos de Sociologia da Religião; 3. Tratado de Sociologia Geral: economia e sociedade; 4.

¹Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FE/UFRJ). Professor Assistente de Filosofia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

²Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor de Filosofia do Instituto Federal de Educação e Tecnologia Baiano (IFBaino).

Escritos de metodologia das ciências históricas sociais (1991). Sendo este último de interesse reflexivo neste ensaio.

Enquanto sociólogo, Max Weber tem a consciência dos problemas metodológicos inerentes ao trabalho de investigação no âmbito das ciências histórico-sociais, porém, ele chamou à atenção para a autonomia da ciência, que deve ser livre de qualquer inferência de teorias metafísicas, na medida em que as explicações causais, para a compreensão de determinados fenômenos da sociedade, só podem ser encontradas na própria dinâmica da história, sem recuo aos deuses e à metafísica. Weber também insurgiu críticas ao materialismo histórico,

[...] que dogmatiza e petrifica as relações entre as formas de produção e de trabalho (a chamada estrutura) e as outras manifestações culturais da sociedade (a chamada superestrutura), quando na verdade se trata de uma relação que, a cada vez, deve ser esclarecida segundo a sua efetiva configuração. (REALE e ANTISERI, 1991, p. 469)

Também, subjaz no pensamento de Weber, uma crítica a antologia, no sentido de que exista um ser em si nos objetos a ser perseguido pela atividade científica. A individualidade de um objeto histórico não é algo que pertence à sua substância a ser investigado, mas o resultado da escolha realizada pelo pesquisador. Assim sendo, para Weber, assim como foi para Kant, o conhecimento nunca será reprodução integral e definitiva da realidade, dado o seu caráter fragmentário. Em razão dessa evidência, o destino do cientista é o de ser continuamente superado e o objetivo da ciência é o de alcançar a verdade, não no sentido de adequação como nos moldes do Idealismo, mas de uma verdade pautada rigorosamente na descrição e explicação dos fenômenos elegidos na pluralidade infinita da realidade social.

Vale ressaltar, ainda, a influência do pensamento de Ricket na obra de Weber, sobretudo no que diz respeito a distinção entre *juízo de valor* e *relação a valor*, conceitos estes que possibilitaram, apesar da ruptura de Weber, a fundação de seu arcabouço teórico na definição do que entende por neutralidade axiológica que, por sua vez, levou à compreensão dos conceitos a ela relacionados, a saber, Ciência, Objetividade e Valor.

I – Objeto e objetivo das ciências histórico sociais

Para Weber, o objetivo da ciência e, por conseguinte, do pesquisador, é de dizer a verdade, descrever e explicar. Ao falar do conceito de objetividade weberiana, segundo Raquel Weiss, duas teses fundamentais são postuladas como necessárias, a saber: 1. a defesa

de que as Ciências Sociais não devem lançar mão de recursos, quaisquer que sejam, que exijam uma tomada de posição valorativa; 2. a ideia de que as Ciências Sociais devem verificar seus argumentos e hipóteses mediante a utilização da explicação causal (2014, p.114).

No texto *objetividade do conhecimento* Weber chama à atenção para a separação entre posição ideológica e pesquisa objetiva, ao dizer que as Ciências Sociais não pode emitir juízos de valor, mas devem permanecer sempre no domínio dos fatos (WEISS, 2014, p. 114). Tal afirmação aponta para os pormenores dessa distinção, na medida em que a posição ideológica tem como pressuposto subjacente à crença, já que ela pode se dar sem investigação. Enquanto a pesquisa objetiva, que apresenta um problema sociológico, atem-se a descrição e explicação causal de um determinado objeto.

As Ciências Sociais não devem se nutrir de valoração prática e/ou moral, pois sua função é descritiva e explicativa. Mas, apesar da impossibilidade de emitir tais juízos de valor, elas estão em relação aos mesmos valores “na medida em que estes delimitam seu objeto em meio a multiplicidade dos fatos empíricos” (WEISS, 2014, p. 114). Porém, Weber afirma que a referência a valores não representa qualquer garantia absoluta, pois a escolha de um objeto na multiplicidade de dados se dá por meio de critérios que não são necessários e universais, mas decorrentes da simples consequência da escolha que é tão somente um ponto de vista (WEISS, 2014, p.115). Na proporção em que o objeto é construído pelo pesquisador, num processo de abstração, ele não existe mais na natureza das coisas. Tornando-se, portanto, objeto de pensamento e conhecimento.

Em Weber, a objetividade não anula peremptoriamente a interferência do pesquisador na construção abstrata do objeto, porém, o distanciamento, não em sentido radical, deve favorecer a investigação que assegure com maior precisão o caráter descritivo e explicativo próprio à atividade científica. Porém, o distanciamento que assegura a objetividade não garante a separação total entre sujeito e objeto da pesquisa. A objetividade, em sentido weberiano, é extremamente importante para que as pesquisas, independentemente de sua área, não incorram em viés solipsista, em que tudo o que se diz sobre o objeto é tão somente as supostas verdades que, forçosamente, o pesquisador quer impor ao recorte investigado da realidade.

A neutralidade axiológica em Weber é diferente da apregoada pelo Positivismo, que a toma como um processo de esvaziamento total do pesquisador (em termos de envolvimento) com relação ao seu objeto, ou seja, uma neutralidade entendida como um se despir de tudo.

Como se no processo de produção do conhecimento, o pesquisador tivesse voluntariamente a possibilidade de se tornar um homem alado. Nesse processo, como diz Latour, ao romper com a separação clássica entre *nomos* e *physis*, pessoas (pesquisadores ou não) e coisas (objeto escolhido ou a realidade social como um todo) se determinam necessariamente.

As Ciências Sociais têm um interesse voltado para as uniformidades que podem ser encontradas na ação enquanto agir social, que é uma ação determinada pela constante referência ao comportamento dos outros. Em *Economia e Sociedade*, Weber, segundo (REALE e ANTISERI, 1991, p.470), distingue 04 tipos de agir social, a saber, 1. comportamento racional em relação a um fim (ação do engenheiro de construir uma ponte); 2. ação racional em relação a um valor (agir não para alcançar um resultado extrínseco, mas para permanecer fiel a um valor); 3. ação efetiva (aquela realizada imediatamente pelo espírito ou humor); 4. ação tradicional (que é ditada por hábitos, costumes e crenças); que servem para compreender a ausência de neutralidade axiológica, embora essa classificação seja necessária para se poder interpretar a vida social. E nessa realidade do agir social que o pesquisador seleciona o objeto da sua investigação científica.

No agir social geral, o pesquisador das Ciências Sociais recorta seu objeto na perspectiva de explicar suas individualidades e regularidades, sem emitir juízo de valor. Por exemplo, cabe ao pesquisador, situado na investigação da prostituição, não dizer se esta é certa ou errada, mas de explicar suas configurações em cada época da sociedade, apontando seu caráter singular e as regularidades presentes em seu fluxo. Porém, vale ressaltar que essas configurações são um recorte da temática da prostituição, que não dá conta de seu caráter mais geral. O recorte sobre a prostituição é sempre a perspectiva do pesquisador em sua investigação abstrata sobre o objeto, sempre limitado ao alcance de sua totalidade.

Apesar da não separação absoluta entre pesquisador e objeto, a objetividade possível deve ser buscada no âmbito da investigação científica para sua validade. Deve haver um esforço permanente do pesquisador para que os resultados da pesquisa nas Ciências Sociais e em outros campos do saber, sejam *aquilo que é* (objetividade possível) e não *aquilo que deve ser* (fruto das valorações do pesquisador e que “devem” ficar de fora do processo de descrição e explicação do objeto), pois o saber científico tem como objetivo a verdade para todos os que a querem (REALE e ANTISERI, 1991, p.471). Weber, por sua vez, rompe com a ideia da *intuição* e da experiência vivida como fundamento das Ciências Sociais, ao dizer que:

[...] a intuição pertence ao âmbito do sentimento e não ao campo da ciência controlada; e que a experiência vivida não pode substituir os conceitos, mas

que é pessoal e refratária às provas. [...] Através da experiência vivida não podemos reproduzir um acontecimento completamente [...] por não ser um conhecimento científico. (REALE e ANTISERI, 1991, p. 471).

Embora Weber, na análise das motivações do agir social, afirme que, em grande parte, elas possuam base subjetivas, reconhece igualmente que a partir delas é que se ascende ao conhecimento científico. É por elas que a ciência se desenvolve ao passo em que são submetidas as normas comuns do método científico e superem as devidas provas. Aqui, pode-se pensar a diferença, segundo Lenoir, entre Problema Social e Problema de Pesquisa. Enquanto o primeiro faz referência a uma ideia quotidiana, compartilhada por todos, cujo caráter revela e obscurece, porque a base é o senso comum; o segundo diz respeito ao objeto pensado e não mais atrelado à dimensão prática necessariamente, sendo resultado da construção abstrata do pesquisador.

O agente do Problema Social encontra-se numa relação com a realidade social de viés mais imediato na resolução das problemáticas existentes. O seu conhecimento está voltado exclusivamente para a compreensão prática da realidade em sentido mais geral. Enquanto que o pesquisador, no âmbito das Ciências Sociais, não tem a pretensão, ainda que assim possa ser tomada em termos de resultados, de orientar uma prática. Seu papel se restringe a pensar a realidade social em um dado recorte, buscando compreender a singularidade desse objeto e a frequência de suas manifestações, para daí explicar suas causas. Explicações fragmentadas que podem ser úteis para se pensar a realidade social, mas nunca na perspectiva de sua absolutização, porque é sempre uma visão perspectivista em sentido nietzschiano – de um olho que vê e de uma cabeça que pensa.

II – O critério da cientificidade e a referência aos valores

A concepção metodológica de Weber é de que

temos uma só ciência porque é único o critério da cientificidade das diversas ciências: tanto nas ciências naturais como nas ciências histórico-sociais, temos conhecimento científico quando conseguimos produzir explicações causais (REALE e ANTISERI 1991, p. 471).

Como já foi sinalizado, toda explicação causal, é somente visão parcial e fragmentada da realidade. Ainda parafraseando Weber, nesse assunto em questão, ele diz “que a realidade é infinita, tanto extensiva como intensivamente, é óbvio que a regressão causal deveria ir até o infinito: para o conhecimento exaustivo do objeto, os efeitos seriam

estabelecidos desde a eternidade” (REALE e ANTISERI, 1991, p. 471). Essa afirmação, por sua vez, leva à constatação de que as faculdades cognitivas estão limitadas, por sua própria natureza, em conhecer as coisas em sua totalidade. E diante desse limite, Weber chama à atenção para que nos contentemos com certos aspectos do devir, estudemos fenômenos e não todos os fenômenos, em suma, que realizemos uma seleção, tanto dos fenômenos a estudar como dos pontos de vista a partir dos quais os estudamos e, conseqüentemente, das causas de tais fenômenos (REALE e ANTISERI, 1991, p. 471).

Com base nesse argumento, a partir da expressão tomada de empréstimo de Rickert, Weber apresenta um conjunto de orientações no intuito de mostrar como se realiza a seleção, tendo por referências valores. Para Weber, não é referência aos valores no processo de seleção, quando se trata de juízo de valor e de apreciação de natureza ética, pois “[...] o juízo que glorifica e condena, que aprova e desaprova, não tem lugar na ciência, precisamente pela razão de que ele é subjetivo.” (REALE e ANTISERI, 1991, p. 473). Também a referência aos valores não tem nada a dividir com um sistema objetivo e universal qualquer de valores.

Weber, ao falar de referências aos valores, diz que esta nada mais é do que o princípio de escolha:

[...] ele serve para estabelecer quais os problemas e os aspectos dos fenômenos, isto é, o campo de pesquisa no qual posteriormente a investigação se realizará de modo cientificamente objetivo, tendo em vista a explicação causal dos fenômenos. (REALE e ANTISERI, 1991, p. 472)

Assim sendo, diante da dimensão infinita da realidade, o pesquisador, se pretende fazer ciência, terá que escolher certos aspectos interessantes dos fenômenos. E estes não são interessantes porque possuem qualidades extrínsecas, mas porque está em referência aos valores do pesquisador. “Sem as ideias de valor do pesquisador, não haveria nenhum princípio para a escolha da matéria e nenhum conhecimento significativo do real em sua individualidade” (REALE e ANTISERI, 1991, p. 472). As minúcias que são apreendidas pelo pesquisador permitem a compreensão pormenorizada, por meio da investigação científica, de aspectos particulares e singulares da realidade.

Quando se trata de uma explicação causal, a coisa tem um contorno específico, pois não significa reprodução passiva da singularidade de um acontecimento, ou explicação causal na totalidade de sua qualidade individual. Ao pesquisador cabe a explicação de elementos e aspectos do acontecimento sempre em conformidade com um recorte determinado pelo seu ponto de vista.

Os pontos de vista não são dados uma vez por todas: a variação dos valores condiciona a variação dos pontos de vista, suscita novos problemas, propõe considerações inéditas, descobre novos aspectos. É o feixe do maior número de pontos de vistas definidos e comprovados que nos permite ter a ideia mais exata possível de um problema. (REALE e ANTISERI, 1991, p. 473)

A ideia mais exata possível de um problema não significa que esta possua uma função normativa no sentido de orientar uma prática, definindo em bases valorativas quais caminhos seriam os “melhores para a vida”. A ciência deve ser sempre parcial e nunca normativa, pois se assim proceder, deixa de ser ciência. Conforme WEISS,

“[...] as Ciências Sociais não podem se pronunciar sobre a validade normativa (*Geltung*), mas apenas podem discutir sua vigência empírica (*Gültigkeit*) e assim lançar luz sobre as condições e as consequências da realização dos valores.” (2014, p.115)

Segundo Reale e Antiseri, Weber também discorreu sobre a linguagem peculiar ao historiador e ao sociólogo, ao dizer que esta funciona mais por sugestão que por exatidão. E, com vista a dar um maior rigor aos infinitos conceitos utilizados na investigação histórico-social, Weber propôs a teoria do tipo ideal, enquanto instrumento metodológico, com o objetivo de criar tipologias puras destituídas de tom avaliativo. Trata-se de um quadro conceitual, resultado da acentuação unilateral de um ou alguns pontos de vista pela conexão de certa quantidade de fenômenos difusos que possibilita a indução de uma verdade geral.

Em sua pureza conceitual, esse quadro nunca poderá ser encontrado empiricamente na realidade: ele é uma *utopia*. E ao trabalho histórico se apresenta a tarefa de verificar, em cada caso individual, a maior ou menor distância da realidade daquele quadro ideal. (REALE e ANTISERI, 1991, p. 473)

Esse tipo ideal é, portanto, enquanto modelo teórico, oriundo do processo de seleção do pesquisador, a partir de seus pontos de vista, ou seja, parte de sua experiência sensível e da sua observação acerca da frequência de certos casos particulares que, no contexto desse modelo teórico, pode levar a possibilidade de instituição de leis gerais, sempre por sugestão que por exatidão, uma vez que o tipo ideal não existe na realidade.

Portanto, pode-se ver que o “tipo ideal” é instrumento metodológico ou, se assim se preferir, expediente heurístico ou de pesquisa. Com ele, construímos um quadro ideal (por exemplo, de cristianismo, de economia urbana, de capitalismo, da Igreja, de seita etc.) para depois com ele medir ou *comparar* a realidade efetiva, controlando a aproximação ou o

distanciamento com relação ao modelo. (REALE e ANTISERI, 1991, p. 473)

Aqui, nota-se que a Ciência em Weber se desenvolve por meio de escolhas individuais da parte do pesquisador na explicação causal dos fenômenos elegidos para a investigação. E esse conjunto de explicações causais, no contexto de cada área do conhecimento, mediante o consenso dos pesquisadores, encontra pontos de aproximação com Thomas Kuhn, quando este diz que a ciência progride por acumulação linear das descobertas e intenções individuais. Estas intenções individuais somadas a inúmeras outras, produzem uma ortodoxia e/ou um paradigma que determina os limites e as possibilidades da atividade científica.

A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômenos; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias; frequentemente mostram-se intolerantes com aquelas inventadas por outros. Em vez disso, a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma. (KUHN, 1994, p. 45)

O paradigma em Kuhn é um modelo interpretativo que se dá por meio de um corpus de conhecimento supostamente legitimado como verdade pela comunidade científica. Assim sendo, quando o pesquisador, conforme a perspectiva weberiana, realiza a seleção do objeto a ser investigado sob o seu ponto de vista, ele o faz dentro de um certo paradigma estabelecido, ou seja, o ponto de vista do pesquisador emerge de um paradigma compreendido por um conjunto de teorias que lhe permitem ler, recortar, explicar e interpretar um determinado fenômeno. A explicação causal de um fenômeno, ainda que na singularidade do recorte dado pelo pesquisador, não sai daquilo que Kuhn denomina de ciência normal, uma vez que a explicação causal não muda o curso da realidade, mas só garante sua melhor explicação e compreensão.

[...] ciência normal significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são conhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para a sua prática posterior. (KUHN, 1994, p. 45)

Durante o período em que se é normal, a ciência, compreendida como comunidade científica formada por pesquisadores, mas também por professores e alunos, forma corpo em torno de uma matriz curricular e/ou paradigma que os inspira. Esses paradigmas, podendo

valer para toda área do conhecimento ou sendo específico um de cada uma delas, orienta a pesquisa e determina o âmbito no qual seus resultados serão interpretados.

O estudo dos paradigmas [...] é o que prepara basicamente o estudante para ser membro da comunidade científica determinada na qual atuará mais tarde. Uma vez que ali o estudante reúne-se a homens que aprenderam as bases de seu campo de estudo a partir dos mesmos modelos concretos, sua prática subsequente raramente irá provocar desacordo declarado sob pontos fundamentais. Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse comprometimento e o consenso aparente que produz os pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e continuação de uma tradição de pesquisa determinada (KUHN, 1994, p. 45).

Adentrar na ciência normal por meio de uma respectiva área do conhecimento, na condição de principiante, pede um profundo conhecimento do paradigma que a compreende em termos de constituição. Por este motivo, mesmo ocorrendo mudanças de paradigmas na investigação científica, torna-se obrigatório o diálogo com a tradição dos paradigmas iniciais. Não se faz ciência sem diálogo com as fontes primitivas de um objeto de estudo, mesmo em se tratando de paradigmas que entraram em crise por não dar mais conta de explicar a realidade e que foram substituídos por novos paradigmas.

A seleção de um recorte do objeto no ato da investigação pede uma compreensão ampla do mesmo e das condições estabelecidas em que ele pode ser explicado e interpretado. “O paradigma força os cientistas a investigarem alguma parcela da natureza com uma profundidade e de uma maneira tão detalhada que de outro modo seriam inimagináveis.” (KUHN, 1994, p. 45) O conhecimento dos paradigmas e das normas metodológicas para a produção do conhecimento assegura respeitabilidade à pesquisa e reconhecimento de seu autor, mesmo quando este apresenta resultados que tencionam e levam à mudança de paradigmas numa determinada área do conhecimento.

Portanto, não há dúvidas de que se faz necessário o conhecimento da tradição epistemológica para a construção de um modelo analítico para uma tese de pesquisa que se pretende demonstrar, por meio de um processo constante de ultrapassamento dos equívocos, das resistências, das rejeições, das tomadas de posição e do distanciamento árduo para garantir uma possível objetividade na explicação casual de um determinado recorte da realidade.

REFERÊNCIAS

- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: Do Romantismo até nossos dias*. São Paulo: Paulus, 1991.
- LATOUR, B. *Da fabricação à realidade. Pasteur e seu fermento de ácido láctico*. In: A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru, SP. EDUSC, 2001.
- LENOIR, R; MERLLIÉ, D; PINTO, L. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- KUHN, T. *Introdução: um papel para a história*. In: A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- _____. *A rota para a ciência normal*. In: A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- WEBER, M. *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. In: COHN, G. Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1979.
- _____. *A ciência como vocação*. In: Weber, M. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.
- WEISS, Raquel. *Max Weber e o problema dos valores: as justificativas para a neutralidade axiológica*. Revista de Sociologia e Política [on line]. 2014, vol. 22, n. 49, p. 113-137.